

Na última década, vários estados brasileiros conseguiram inverter a escalada de criminalidade violenta e lograram obter diminuição consistente, paulatina e substancial das taxas de mortes violentas intencionais. Além de São Paulo, que, desde 1999, reduziu a taxa de homicídios em cerca de 83%, outros estados que inauguraram programas qualificados no campo da segurança pública – baseados em evidências científicas e boa gestão, com governadores à frente como os principais fiadores da política – conseguiram resultados expressivos e sistemáticos, mostrando que existe uma luz no final do túnel para o Brasil.

Estes foram os casos do Espírito Santo, Paraíba e Pernambuco; e mais recentemente do Pará e do Rio Grande do Sul. Enquanto Pernambuco lançou o “Pacto pela Vida” em 2007, O Espírito Santo e a Paraíba lançaram em 2011, respectivamente, o “Estado Presente” e o “Paraíba Unida pela Paz”. Em 2019, o Pará inaugurou o “Territórios da Paz” e o Rio Grande do Sul o “RS Seguro”. Tais iniciativas chegaram a derrubar a mais da metade a taxa de homicídio em alguns estados.

Não obstante a especificidade de cada programa, há traços comuns que permitem dizer que há um modelo de segurança pública efetivo no país. Quais são os elementos presentes nessas experiências?

1. Compromisso pessoal do governador como principal fiador da política e líder no processo de articulação das forças sociais e estatais;
2. Políticas baseadas em evidências científicas e em um modelo profissional de gestão, baseado em diagnóstico territorial, planejamento, monitoramento e avaliação contínuas das ações, com foco em resultados a favor da diminuição de crimes e aumento da sensação de segurança;
3. Implantação de um sistema de governança que permita identificar os problemas assim que eles surjam, além de articular e mobilizar diferentes atores estatais e sociais para a solução e mitigação dos mesmos;
4. Compromisso indelével com os direitos humanos e com o uso da força pelas polícias na exata proporcionalidade, legitimidade e legalidade;

5. Integração de todas as agências e organizações do sistema de Justiça Criminal, entre as quais a Polícia Militar, Polícia Civil, Guardas Municipais, Defensoria Pública, Ministério Público e Poder Judiciário;
6. Foco no controle e retirada de armas de fogo das ruas;
7. Qualificação do trabalho policial, com valorização e capacitação profissional, para que as corporações tenham um enfoque estratégico, orientado para as prisões de homicidas e criminosos contumazes que mais danos causam à sociedade, a partir de um trabalho intensivo de inteligência e de análise criminal; e
8. Estabelecimento de uma política intersetorial de prevenção social ao crime, com focalização nas crianças e jovens residentes nos territórios mais violentos, em que o Estado ocupa o espaço com ações para o desenvolvimento da primeira infância, educação, cultura, artes, qualificação profissional e modelos alternativos de vida para que a criança e o jovem de hoje possam sonhar e seguir uma trajetória de vida apartada do mundo do crime organizado e desorganizado.

Em resumo, as políticas empreendidas pelas Unidades Federativas supramencionadas foram e são orientadas por alguns princípios cruciais, de preservação da vida, de Justiça Social e do uso da ciência e da inteligência para pautar as ações, com a refutação do negacionismo científico e do discurso vazio das soluções mágicas que nunca funcionaram no Brasil.

Segurança Pública é um dos direitos fundamentais mais basilares promovidos pela nossa Constituição e é, também, condição para o exercício pleno da vida e da cidadania de mais de 210 milhões de brasileiros e brasileiras. Assumi-la como política pública ampla e eficiente é a revolução que alguns estados se propuseram a fazer e um compromisso com o presente e com o futuro de todos.

Boa gestão salva vidas!

Vitória/ES, 21 de junho de 2022

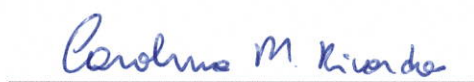
Assinam esta carta:



RENATO CASAGRANDE
Governador do Estado do Espírito Santo



RENATO SÉRGIO DE LIMA
Diretor-presidente do Fórum Brasileiro de
Segurança Pública



CAROLINA RICARDO
Diretora-executiva do Instituto Sou da Paz



DANIEL RICARDO DE CASTRO CERQUEIRA
Diretor-presidente do
Instituto Jones dos Santos Neves

Vitória/ES, 21 de junho de 2022

Assinam esta carta:



ÁLVARO ROGÉRIO DUBOC FAJARDO

Secretário de Estado de Governo e coordenador-executivo do
Programa Estado Presente em Defesa da Vida



CORONEL MÁRCIO CELANTE WEOLFEL

Secretário de Estado da Segurança Pública e
Defesa Social



NARA BORG CYPRIANO MACHADO

Secretário de Estado de Direitos Humanos

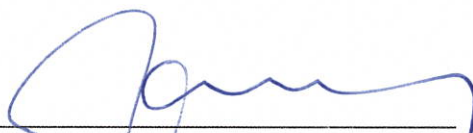


RICARDO BRISOLA BALESTRERI

Secretário de Estado da Secretaria Estratégica de
Articulação da Cidadania do Pará

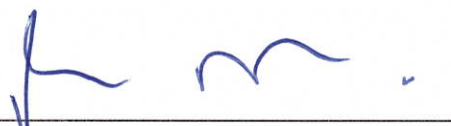
Vitória/ES, 21 de junho de 2022

Assinam esta carta:



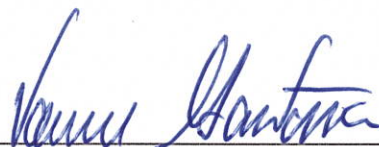
DEL JEAN FRANCISCO BEZERRA NUNES

Secretário de Estado da Segurança e
Defesa Social da Paraíba



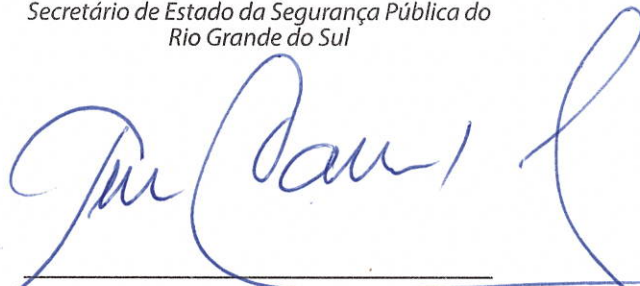
ALEXANDRE REBÊLO TÁVORA

Secretário de Estado de Planejamento e
Gestão de Pernambuco



CORONEL VANÍUS CESAR SANTAROSA

Secretário de Estado da Segurança Pública do
Rio Grande do Sul



GÊNERAL JOÃO CAMILO PIRES DE CAMPOS

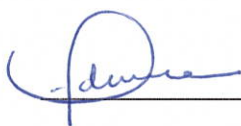
Secretário de Estado da Segurança Pública de
São Paulo

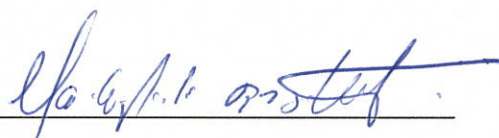
Vitória/ES, 21 de junho de 2022

Carta de Vitória

Uma luz no final do túnel: experiências federativas exitosas no campo da segurança pública no Brasil

Assinam esta carta:













Vitória/ES, 21 de junho de 2022